



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

Campos Vasques, Niva Maria; Costa Fortunato, Liana  
A Subjetividade Presente no Estudo Psicossocial da Adoção  
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 17, núm. 1, 2004, pp. 95-104  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18817112>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## A Subjetividade Presente no Estudo Psicossocial da Adoção

*Nívia Maria Vasques Campos<sup>1,2</sup>*

*Universidade de Brasília*

*Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios*

*Liana Fortunato Costa*

*Universidade Católica de Brasília/ Universidade de Brasília*

---

### Resumo

Esse trabalho traz reflexões acerca da subjetividade presente nos estudos psicossociais da adoção, elaborados por uma Vara da Infância e da Juventude, a partir de uma pesquisa realizada, visando a conhecer quais critérios foram adotados pela equipe, para elaborar seus pareceres. A colocação em família substituta é medida excepcional que pressupõe guarda, tutela ou adoção e visa garantir o direito da criança ou adolescente (impossibilitada de permanecer com a família de origem) à convivência familiar e comunitária. A pesquisa foi efetuada num enfoque qualitativo, tendo como participantes do Setor de Adoção de uma VJ (psicólogos e assistentes sociais) que realizam os estudos psicossociais de avaliação psicossocial dos casos, seleção e preparação de candidatos. Utilizou-se como instrumento de entrada as informações obtidas nesse grupo foram analisadas de acordo com a proposta da epistemologia qualitativa, que há um reconhecimento do aspecto subjetivo da avaliação psicossocial, e que o sofrimento presente na adoção é, em muitos momentos, também compartilhado pelo técnico. Um outro aspecto presente nos resultados é que o técnico realiza sobre suas próprias experiências em família e determinada classe social e cultural. As conclusões do processo de estudo psicossocial gera desconforto, temor e ansiedade tanto nas famílias adotantes como nos profissionais sociais que realizam os estudos e acompanham os casos. Os técnicos percebem ainda que a subjetividade presente nas margens a abusos de poder.

*Palavras-chave:* Estudo psicossocial; adoção; subjetividade; psicologia jurídica.

### The Subjectivity Present in the Adoption Psychosocial Study

### Abstract

This article raises some thoughts concerning the subjectivity present in the adoption psychosocial studies carried out by a Juvenile and Childhood Court. The results were obtained through a qualitative research, aiming to find out which criteria were adopted by the team of professionals of that Service to elaborate their technical reports. The placement in substitute family is an exceptional action that presupposes custody, guardianship or adoption and aims to guarantee the right of the child or adolescent (incapable of remaining with their family of origin) to family and community living. The research was carried out with a qualitative approach, having as participants the professionals of the Adoption Service (psychologists and social assistants) who carry out psychosocial studies for adoption, selection and preparation of the adopting candidates. An interview with a focal group was used. The resulting information shows that there is a recognition of the subjective aspect of the psychosocial evaluation. It also shows that the suffering present in adoption is often shared by the professionals. Another aspect present in the results concerns the professionals' own family experiences and their socio-cultural class. The conclusions indicated that the psychosocial study process generates discomfort, fear and anxiety in the adopting families, as well as in the psychologists and social assistants who carry out the studies and follow up the cases. The professionals also perceive that the subjectivity present in the study process may allow power abuse. Some strategies that will enable professionals to deal with the subjectivity present in adoption matters.

*Keywords:* Psychosocial studies; adoption; subjectivity; forensic psychology.

---

que o sustenta, a Doutrina de Proteção Integral, defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança, que afirma o valor intrínseco da criança como ser humano. Dispõe o ECA que: “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (Art. 19). Sendo assim, a colocação em família substituta é medida excepcional que pode se realizar através da guarda, tutela ou adoção e visa a garantir o direito da criança ou adolescente (impossibilitada de permanecer com sua família biológica) à convivência familiar e comunitária. A guarda (Art. 33 a 35) destina-se a regularizar a posse de fato; obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente e confere ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos genitores. A guarda é revogável a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público. A tutela (Art. 36 a 38) é deferida nos termos da lei civil, pressupõe previamente a perda ou suspensão do pátrio poder e implica necessariamente o dever de guarda e, em geral, é requerida nos casos em que a criança/adolescente possui bens. A colocação em família substituta é uma das medidas específicas de proteção à criança ou adolescente aplicáveis sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados.

Finalmente, a adoção, disposta no ECA nos artigos 39 a 52, que é a modalidade de colocação em família substituta que atribui à criança ou adolescente a condição de filho – “A adoção atribui ao adotado a condição de filho, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais” (Art. 41). O adotando deve ter no máximo 18 anos à data do pedido, exceto nos casos em que já estivesse sob a guarda ou tutela do(s) adotante(s). Conforme o ECA, o(s) adotante(s) devem ser maiores de 21 anos e pelo menos 16 anos mais velhos que o(s) adotando(s).

conjunto, desde que a convivência do adolescente tenha se iniciado na constância da união conjugal e que ambos acordem sobre a guarda e visitas. Avós ou irmãos de uma criança não podem impedir de adotá-la. O cônjuge ou concubino não pode adotar o filho do outro, mantendo-se os vínculos entre o adotado e o cônjuge/concubino e os respectivos parentes – essa modalidade é denominada juridicamente como “extensão da adoção”. A adoção é irrevogável (nem a morte do adotado restabelece o pátrio poder aos pais biológicos) e os mesmos direitos sucessórios de um(a) filho(a). No registro civil do adotado, constarão os nomes adotivos e seus ascendentes e nenhuma referência à origem do ato poderá constar nas certidões de nascimento. Eram bem mais restritivas que a atual legislação, estimulando as adoções ilegais.

Com relação ao aspecto legal da medida, o ECA dispõe que compete à Justiça da Infância e da Juventude conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes (Inciso III). No artigo 150, determina-se que o Poder Judiciário prever recursos para a realização de uma equipe interprofissional destinada a assessorar o juiz, competindo à equipe:

dentre outras atribuições que lhe forem atribuídas, a legislação local, fornecer subsídios por meio de pareceres, laudos, ou verbalmente na audiência, e bem como trabalhos de aconselhamento, orientação, prevenção e outros, tudo sob a imediata supervisão da autoridade judiciária, assegurada a livre expressão de ponto de vista técnico. (art. 150)

No capítulo (Cap. III Seção IV Arts. 151 a 155) sobre os procedimentos para colocação de criança ou adolescente em família substituta, o ECA dispõe que a autoridade judiciária “determinará a realização de estudo social ou psicológico, por equipe interprofissional, decidindo sobre

de escuta especializada, orientações, aconselhamento terapêutico e encaminhamentos necessários.

Weber (1999a) faz uma contundente reflexão crítica sobre as práticas de seleção das pessoas cadastradas nos Serviços de Adoção dos Juizados da Infância e Juventude. Segundo a autora, este processo seletivo tem sido feito com base em pressupostos “dogmáticos” acerca do comportamento humano. Sua crítica é “norteada pelo pensamento aberto da pós-modernidade”, segundo o qual “é preciso crivar nossos preconceitos e não ter medo da ausência de certezas” (p. 35), e que avalia como “anticientífico e anti-intelectual”, o “pensamento sentencioso”. No artigo, a autora pergunta: “Quem é apto para ser pai e mãe?”, e afirma que a dinâmica familiar das interações entre pais e filhos tem sido um tema de grande interesse popular e científico e que há um senso comum a respeito do assunto que guia tanto as pessoas comuns como os cientistas. Enquanto a família biológica é socialmente considerada a única responsável pelo seu filho,

a responsabilidade pela escolha dos ‘pais ideais’ e pelo ‘acerto’ do processo de adoção passa a ser dos técnicos que trabalham nos Juizados da Infância e Juventude. O que não se pode esquecer é que este tipo de trabalho não é somente técnico ou neutro. Ele envolve inúmeros aspectos subjetivos, parciais, teóricos, arbitrários, políticos, pessoais... em relação à escolha da ‘família adequada’ para adotar uma criança. (Weber, 1999a, p. 36)

Um dos problemas observados por Weber na obra citada é que nem sempre os técnicos “lembram da possibilidade de mudança e de aprendizagem do ser humano, além de não fornecerem aos adotantes uma proposta de preparação e/ou modificação de atitudes. Seleciona-se simplesmente” (p. 36). Segundo ela, percebe-se no discurso e na prática dos Serviços de Adoção, uma postura apriorística, herdada historicamente, preconceituosa, dogmática, estereotipada, moralista e alienada em relação à concepção sócio-histórica da família. Assim, é “possível esclarecer e acreditar na

encoberto. Como poderá saber-se se a intenção ou fala aquilo que o técnico diz? “complexo envolvimento do investigador (objeto)”, a autora afirma, não deveriam ser taxativas, mas

Weber (1999a) alerta para o risco de não se julgar dono da verdade, de se desmedir a teorias e técnicas, de se fazer com que se mude a realidade para as dimensões de determinado paradigma. Sejam capazes de criticar não apenas o que não possuem, mas também o que possuem. “fluidez paradigmática” não quer dizer que o pensamento tradicional ser feio, errado, inconsistente e válido, contudo, preciso. Não se trata de o velho ao novo e não optar por uma responsabilidade pela criação de uma nova *necessidade de preparação*, porque não se preparam para ter um filho, seja menino ou menina. “refere-se a uma reflexão sobre as expectativas, desejos, medos, e a consciência dos limites e possibilidades de si e dos outros e do mundo” (p. 35). “somente o momento que antecede a consciência de que esta *preparação* não é para as coisas e as pessoas estão inteiramente determinadas, portanto, sempre estão sujeitas a mudanças, a um dinâmico de construção e reconstrução de desejos, códigos de ética e de moralidade” (p. 35).

Weber (1999a) afirma que

nos processos de adoção os t  
tanto para selecionar (que é d  
agências de adoção), mas par  
instruir, educar, conscientizar  
estereótipos, modificar motiva  
desejos... a maior parte das pe  
de Adoção está ansiosa par  
reflexão, mas elas são som  
examinadas, escuras, drin

Em outro trabalho, Weber (1999b) propõe uma abordagem multidisciplinar para o problema da criança abandonada: distribuição de renda, estruturação e relacionamento familiar, conscientização sobre mitos sobre adoção, veiculação da adoção moderna (procurar pais para quem não tem), preparação e acompanhamento de famílias adotivas. As colocações da autora são instigantes e merecem uma reflexão profunda sobre nossa atuação enquanto profissionais - psicólogos, assistentes sociais e pedagogos - no contexto judiciário.

Maldonado (1995) também afirma que os técnicos não deveriam enfatizar o exame e o julgamento dos candidatos a pais, sua aptidão ou não para receber a criança, com a inevitável conotação de prêmio ou castigo. Mas, conhecer melhor as pessoas, esclarecê-las e auxiliá-las em suas dificuldades, organizar reuniões de grupo para tratar dos sentimentos, apreensões e expectativas comuns a todos que estão em *processo* de gestar uma maternidade/paternidade, através da adoção.

Para Vargas (1998a), especialmente nas adoções tardias, “é de fundamental importância a preparação e o acompanhamento da família, específico à situação de crise que se instala a partir da formação do novo grupo familiar” (p. 14). Segundo Vargas (1998b), num trabalho de preparação, com aproximações sucessivas, pode-se chegar a uma adequação da família sonhada com a família possível. Essa autora apresenta as atribuições do psicólogo nos Juizados: orientar, aconselhar, acompanhar, constatar mudanças e alterações, encaminhar e cadastrar candidatos. Entretanto, alerta para o fato de que nos serviços de adoção dos Juizados, a relação entre o psicólogo e o cliente será permeada pela relação de poder que a instituição representa, já que o parecer psicológico orientará a determinação judicial. Tal fato interfere de forma significativa na formação de um vínculo de confiança entre o profissional e os envolvidos.

Ainda na revisão bibliográfica teve-se acesso a um outro estudo que enfatiza a necessidade de preparação para os

Para Silva (1998), também os profissionais envolvidos na preparação, acompanhamento e apoio são elementos de fundamental importância. Ela, assistente social forense, ressalta a importância da seleção pelos técnicos dos Juizados, evitando um segundo abandono; e defende, como outros autores citados, a necessidade de acompanhamento das famílias adotantes pela equipe psicossocial. Ela, porém afirma: “como técnicos, sentimos a necessidade de avaliar e selecionar, a fim de evitar a adoção, a devolução de uma criança, a negligência ou maus-tratos”. No mesmo trabalho, ela relata os sentimentos de fracasso e impotência e os questionamentos - todos sem resposta - que invadem os técnicos quando coisas ocorrem. Quem errou? O que não foi revelado pelos pretendentes? O que necessariamente ter observado? Onde foi o erro? De ser pai/mãe? Qual terá sido a real motivação?

Diversos outros autores citados, tanto no Brasil quanto por Vargas (1998a), concordam sobre a importância, no meio científico, de um trabalho mais estruturado de acompanhamento das mães/famílias que adotam, dos filhos, das crianças abandonadas e das famílias em processo de postulantes à adoção. Segundo todos os autores, as experiências de adoção não são mais bem-sucedidas devido à falta de acompanhamento especializado. Há um consenso entre os autores sobre a importância do acompanhamento (sob a perspectiva psicológica) na adoção.

Pensamos que não se trata de apenas selecionar, mas de transformar esse momento em uma oportunidade de acompanhamento e parceria com a família e transformação. É a forma para que isso seja possível a sistematização de projetos de acompanhamento das famílias adotantes e na postura do profissional não como um especialista, mas como um facilitador, promotor de reflexões e trocas de experiências. É a relação entre o técnico dos Serviços de Adoção e a família que deve ser o foco.

num contexto de controle?”. Para a autora, para se avançar, é preciso iniciar pela mudança de paradigma, a partir de uma leitura sistêmica e de uma perspectiva da complexidade. Ao invés de perceber o contexto da Justiça apenas em seus pontos de limites, é preciso tentar descobrir quais são e onde se colocam suas possibilidades. Desta forma, o problema seria assim redefinido: “Como pode o psicólogo, ao mesmo tempo, ser agente de controle e de mudanças?” (p. 3, grifo da autora).

### Método

A pesquisa original, da qual esse trabalho decorre, foi efetuada num enfoque qualitativo, tendo como participantes nove técnicos do Setor de Adoção de uma VIJ (psicólogos e assistentes sociais) que realizam os estudos psicossociais de Adoção e de Inscrição, a avaliação psicossocial dos casos, seleção e preparação de candidatos. Utilizou-se como instrumento a entrevista de grupo focal. As informações obtidas nesse grupo foram analisadas de acordo com a proposta de investigação qualitativa de González-Rey (1999), a qual indica que a investigação qualitativa representa a entrada em dimensões do objeto inacessíveis à forma pela qual a ciência tem feito uso da dimensão quantitativa.

A proposta de investigação qualitativa defendida por González-Rey (1999) propõe a mudança de uma epistemologia da resposta para uma epistemologia da construção. O autor reconhece o lugar da subjetividade na produção de conhecimento:

a ciência não é só racionalidade, ela é subjetividade em tudo que este termo implica, é emoção, individualização, contradição, enfim, uma expressão íntegra do fluxo da vida humana, que se realiza através de sujeitos individuais, nos quais sua experiência se concretiza na forma individualizada de sua produção... (p. 34)

Para esse autor, a investigação qualitativa (epistemologia qualitativa) se apóia em três princípios, com profundas

atual de confirmação no plano da construção de zonas de sentido e aparência;

b) *O processo de produção do conhecimento* – As relações investigador-investigado são essenciais do processo de produção de conhecimento, atributo constitutivo deste fenômeno humano.

c) *Significação da singularidade do conhecimento* – A expressão in

significação de acordo com o lugar e momento para a produção de idéias. Maturana (1998), outro autor que aborda a subjetividade presente nos processos de conhecimento, afirma que ao não perguntarmos como se produz o conhecimento ou seja, ao não fazermos a pergunta sobre as capacidades do observador, não tivéssemos a capacidade de produzir verdades independentes de nós mesmos. O autor chama a isso de *objetividade*, que ao perguntarmos sobre as capacidades do observador, não podemos deixar de considerar que ou desaparecem, caso nossa biologia não seja vivida, ou vivos, não podemos distinguir na realidade e ilusão, como afirmações correntes porque ambos são qualificativos da experiência a posteriori. Desta maneira, a certeza de que sabemos o que sabemos é independente de nós? Ao se considerar parênteses no processo de experiência, se pode pretender possuir a capacidade de produzir uma realidade independente do observador.

Ainda com relação ao exposto, a emoção está entrelaçada com a razão, um fundamento emocional e “premissas previamente aceitas, a partir das quais se desenvolvem as - Tais premissas fundamentais

e que, o corpo não nos limita, mas, ao contrário, ele nos possibilita” (p. 53), ou seja, o corpo é visto como possibilidade. No caminho da *objetividade-entre-parênteses* existem muitos domínios de realidades diferentes (muitas realidades - multiverso) porém “igualmente legítimos, ainda que não igualmente desejáveis, cada um constituído como um domínio de coerências operacionais na experiência do observador” (p. 58).

Com relação ao processo de interpretação indicado por González-Rey (1999), temos o termo *indicador* que é proposto para designar aqueles “elementos que adquirem significação graças a interpretação do investigador” (p. 113). O indicador pode ser definido como um elemento ou conjunto de elementos, ou ainda, pode ser produzido a partir da combinação de informações indiretas e omitidas. Os indicadores representam categorias que facilitam o seguimento dos complexos processos que caracterizam qualquer investigação contextualizada no estudo da subjetividade humana. O desenvolvimento dos indicadores conduz necessariamente ao desenvolvimento de conceitos e categorias novas no curso da investigação, o que representa um dos momentos essenciais, mais ricos, delicados e criativos da investigação. As categorias representam um momento na construção teórica de um fenômeno - através delas pode-se entrar em novas *zonas de sentido* do estudado, que conduzem a novas categorias. Para o autor, toda categoria ou teoria concreta tem diante de si o desafio de passar a novas zonas do estudado que estejam mais além das categorias desenvolvidas por qualquer teoria concreta em seu momento atual.

### Resultados

A análise da entrevista de grupo focal, realizada pela proposta de investigação qualitativa de González-Rey (1999), trouxe-nos, entre outras, duas zonas de sentido que se relacionam à presença de processos subjetivos na elaboração do estudo psicossocial.

— E acho também que não são só eles que acabam crescendo muito com essas experiências, prolonga também a nossa experiência, o conhecimento diferente...

— ... nós somos levados também a repensar nossos critérios, nossos conceitos, nossos valores, até reavaliar isso aí.

— ... abre espaço para a gente poder abordar a questão do conhecimento da família e um conjunto de critérios que são subjetivos e que nós temos, mas temos alguns. Fora os específicos, cada um tem a sua questão subjetiva. Porque as questões do técnico também é levado a repensar isso.

— ... e eu acho que para... as famílias que adotam não através da gente, é muito bom. Tanto o grupo de apoio fora daqui, quanto aqui. Porque aí eles vão ver pessoas que estão vivendo, a gente sempre fala como alguém que não adotou. Nenhum de nós adotou. Mas eu pelo menos não conheço nenhum caso de adoção na minha família, nem atual, nem do meu marido. Então fico pensando de técnico que agora tem uma vivência com essas famílias que adotam, mas, eu mesma, não conheço. É diferente. Eles se verem em outras famílias, para mim, né?

O trecho mostra que há um reconhecimento da subjetividade na avaliação psicossocial e que as equipes minimizam esta dimensão. No trecho da entrevista citada oferecida pela equipe é a forma de preparação com várias famílias candidatas sob a perspectiva de trabalho de grupos multifuncionais, características de um trabalho desta natureza, de uma co-construção do conhecimento, onde o especialista não detém todo o saber, na medida em que compartilha da construção do mesmo. A horizontalização das relações é fundamental para essa co-construção.

Segundo Costa (1998), o principal ganho da intervenção é quanto à aprendizagem de novos comportamentos pela pressão ou aprovação.

relacional que propicie mudanças, envolvendo troca de experiências, quebrando o velho modelo de ‘sala de aula’, em que o técnico sabe e ensina, e a família que não sabe, aprende. (p. 247)

Este tipo de trabalho mostra uma perspectiva de atuação psicossocial mais sistêmica e construtivista que atende também necessidades da própria equipe.

Uma outra dimensão presente no trecho é a do *sofrimento* envolvido no processo de estudo e adoção, em muitos momentos também compartilhado pelo técnico. A espera para o acolhimento de uma criança que é “angustiante para todo mundo” (até para o técnico), a sensação de menos valia e isolamento que acompanha o processo de estudo psicossocial vivido pelas famílias como uma avaliação (prova ou exame) são empaticamente sentidas pelo técnicos que se sentem compelidos a agir, oferecendo ações que possam dar mais suporte e apoio às famílias adotantes.

Em outro momento da entrevista, novamente é mostrado o sofrimento da família, envolvido no processo de adoção e estudo psicossocial, em grande medida compartilhado pelo técnico, e ainda é ressaltada a ausência de critérios e parâmetros objetivos, colocados por lei para a seleção e a avaliação das famílias. A discussão precedente ao trecho destacado é relativa à postura do técnico para com a família que não será indicada naquele momento para adoção:

— ... não é indicado naquele momento... mas depois pode ser revisto...

— é e poder passar isso para eles... para não passar como uma questão de incompetência...

— porque eu acho que esses casais... que não podem ter filhos... já tem essa questão interna de uma certa incompetência. E se vem alguém, alguém legal e juridicamente instituído para fazer essa avaliação. Acho que isso cria... acirra esse sentimento de incompetência. Nesse aspecto acho que é muito importante, a forma como a gente vai dar esse retorno. Até durante o atendimento, como a gente trata estas questões... saber a hora... porque muitas vezes a gente percebe no dia a

emocionais, suas questões teóricas e sua avaliação.

— Até porque o estatuto (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece parâmetros...

— Idade, 21 anos... diferença entre o técnico e a família, que tenha ambiente adequado...

— ... com relação aí a isso que a gente tem, que a gente esbarra com alguns tipos de situações que mexe com a gente...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...

— ... até você estar em contato com a família, que nos ajuda são os estudos de caso, que nos ajudam a conduzir o processo...



A discussão com relação a subjetividade envolvida no processo de estudo psicossocial também aponta para as alternativas encontradas pelos profissionais neste contexto para auxiliá-los na consecução de sua tarefa de seleção e avaliação das famílias. O trabalho em equipe, os atendimentos em duplas, as reuniões, de estudos e a discussão conjunta dos casos são vistos como fundamentais. O olhar técnico do outro é enfatizado como fundamental para a análise das dificuldades encontradas na indicação ou não das famílias adotantes e, principalmente, na análise da relação que se estabelece entre o técnico e a família. Poder-se-ia pensar que há uma busca de um respaldo no grupo que tornaria mais transparente e menos subjetiva a avaliação em virtude dos vários olhares e diversos embates, diálogos e pontos de vista – ou seja, a partir do reconhecimento de outras visões e realidades (multiverso). Estas alternativas minimizariam o sofrimento e a sensação de onipotência de ser alguém “legal e juridicamente instituído” para fazer tais avaliações. Um outro aspecto fundamental diz respeito à preparação do técnico, que leva a pensar na importância de uma formação continuada, na possibilidade de estar sempre se renovando, estudando e atualizando. Neste sentido, os esforços da administração no sentido do oferecimento de cursos, supervisão, participação em Congressos, Seminários, cursos e programas de especialização e pós-graduação, são de extrema importância para uma melhor formação e preparação do profissional no contexto jurídico. De forma que este contexto possa realmente se construir como um contexto de possibilidades, como propõe Sudbrack (1998).

— Como seria a família adequada para adotar?

— ... adequação tem tudo a ver com valores

— Adequação é um conceito subjetivo.

— O que na verdade é adequado ou inadequado... Para mim pode ter um valor, para outro pode ter outro... Acho que... isso está muito dentro do que a gente concebe como o mais positivo para a criança. Eu acho que não é muito a questão de adequação. Mais assim: qual a família que de repente teria mais fatores positivos para o bem-estar da criança?

— Será que de alguma forma a gente já não ajuda o cliente a já escolher determinado tipo de família? Tipo tipo de cabelo, quais características que... Eu acho que de alguma forma a gente está pensando nisso. Então, não, por que não sensibilizar a gente que seria importante, já que existe a disponibilidade do filho... Que possa aceitar as diferenças, as adoções inter-raciais, as adoções tardias... No mesmo sentido, ainda a gente tem que crescer na capacidade de passar isso para o outro. Porque acho que a discussão ainda não está muito bem elaborado. Para garantir essa segurança de passar, para o outro, isso é importante. — Eu acho assim que mesmo quando a gente fala lá para pegar o casal, para indicar, para indicar, para um critério subjetivo. Eu por exemplo, para a Carina: - Não dói não, ver essa gente no próximo da fila’. Então tem muitas coisas que tentada a dar uns empurrõesinhos! São coisas que criança que já está institucionalizada, já foi uma família que seria uma família indicada quem g... mínimos, mora numa invasão e não sei o... — Mas poderia ser até a mais indicada!

O próprio diálogo dá uma amostra da interação da equipe interage e busca entender o contexto. Os Questionamentos, dúvidas, ansiedades sobre os temas são refletidos e debatidos, mostrando diferentes perspectivas de trabalho e de mundo. Os técnicos não são imunes aos preconceitos e receios sobre adoção. Imersos como todos na sociedade, são culturalmente influenciados por valores que as demais pessoas. Porém, embora reconhece-se que cada um possui uma visão própria da realidade, uma determinada realidade, está inserida em uma identidade em determinada classe social. Também que a visão pessoal ainda que fundamentada em argumentos lógicos, não a faz melhor que a outra.

A equipe inter ou multiprofissional que atua na adoção deve estar sempre disponível e acessível para discussão e supervisão. Deve estar sempre

porque é cultural: isso assim e assim... é o ideal! Então permaneça desse jeito! Tem eu acho, é que estar sempre refletindo. Saber se é bom mudar? Por que mudar? Para gente também não dar uma de neutro: “Ah não! Está bom para mim, então fica desse jeito e vai levando...”

A discussão de um caso levou o técnico a refletir sobre suas próprias experiências em família e determinada classe social e cultural. O técnico demonstrou e ressaltou como o caso o mobilizou e o fez refletir sobre sua própria vivência, fazendo-o pensar na possibilidade de mudar ou não seus parâmetros sobre o que antes não pensava ou pensava “ideal”. Na colocação seguinte fica ainda mais evidente esta dimensão do processo de auto-conhecimento e mudança do técnico a partir da relação com o objeto de estudo, as famílias.

— Agora o que eu coloco... É que eu aprendi muito trabalhando com adoção. Com as famílias, como eu aprendi. Sabe? Trouxe muito conhecimento para mim. Eu entendi, passei a entender um monte de relações.

— Você acha que fez o caminho inverso? Passou a entender mais a sua família a partir desse contato?

— Olha eu tinha uma certa dificuldade em lidar com criança, até com bebê. Mas no Setor de Adoção, eu aprendi a fazer mamadeira, a botar menino no colo. Até isso!

— ... sabe eu tinha medo de pegar naquela coisinha, tão frágil... hoje estou muito mais solta, mais livre. Sem muitos medos, sabe? Eu aprendi muito.

— ... aqui no seu dia-a-dia, possibilita acontecer uma série de coisas que vai possibilitar você melhorar o seu vínculo com a sua família também, né?

— É um trabalho terapêutico.

As famílias têm muito a dizer, muito a ensinar para o técnico que está atento e aberto a escutá-las, e que não se sente como o dono da verdade absoluta. O contexto do serviço, a multiplicidade de tarefas exigidas, o contato com as famílias adotantes e genitoras ampliam as vivências do técnico para além da experiência profissional e produzem

tais avaliações gera sofrimento. A subjetividade no processo de poder. Preconceitos, valores sociais permeiam suas análises. O olhar e não é a suposta objetividade que poderá dar maior credibilidade às múltiplas vozes, o “olhar do outro” alerta: no limiar da ciência pós-moderna, a insegurança ao invés de sofrê-la tem um aspecto tão negativo. Os técnicos parecem dispostos a oferecer apoio às famílias adotantes ou facilitar a

Este “outro olhar” não se limita ao outro técnico, mas também aos adotantes (saber compartilhar experiências, o quanto as famílias aprendem com, e na relação com a Instituição. Neste sentido, foi a realização dos grupos multifamiliares aprendem (com os técnicos e entre si) ensinam (às outras famílias e a Instituição). No Setor de Adoção dessa VIJ incluiu a preparação do(s) candidato(s) à adoção, natureza que tem mostrado resultados, embora ainda encontre dificuldades deste tipo de trabalho para as famílias. No Setor: adoções prontas ou “por documentação”, extensão de pátrio poder, adoção

Enfim, o processo de subjetividade e emoções: medo, dúvidas e incertezas. Há uma contribuição por parte de todos os envolvidos. Estas dimensões superam e transcendem as barreiras jurídicas. Em função desse contexto, não cometer arbitrariedades, decisões preventivas para buscar entender a situação negá-la. Não somente os técnicos, mas os promotores, têm que estar

- González-Rey, F. (1999). *La investigación cualitativa en psicología: Rumbos y desafíos*. São Paulo: EDUC.
- Maldonado, M. T. (1995). *Os caminhos do coração*. São Paulo: Saraiva.
- Maturana, H. (1998). *Emoções e linguagem na educação e na política* (J. F. C. Fortes, Trad.). Belo Horizonte: UFMG. (Original publicado em 1998)
- Santos, B. S. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Portugal: Afrontamento.
- Silva, S. R. M. (1998). *Rejeição/ devolução*. Trabalho apresentado no III Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção, Florianópolis, Santa Catarina. Retirado em 15/12/2002 do site Páginas Brasileiras de Adoção: <http://lexsca.com.br/PBA/index.htm>.
- Soar Filho, E. (1998). Novos paradigmas da psicologia e das terapias psicológicas pós-modernas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 14, 85-93.
- Sudbrack, M. F. (1998). *Abordagem da família no contexto judicial*. Apostila do Curso de Extensão Universitária “Abordagem Familiar no Contexto Judicial”, Brasília, Distrito Federal. (Material não-publicado)

- Vargas, M. (1998a). *Adoção tardia: Da família sonhada à família real*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vargas, M. (1998b). A necessidade de preparação para a adoção. Retirado em 12/2002 do site Páginas Brasileiras de Adoção: <http://lexsca.com.br/PBA/index.htm>
- Weber, L. N. D. (1999a). *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba: FAPESP.
- Weber, L. N. D. (1999b). *Laços de ternura: Pesquisas e experiências*. Santa Mônica.

#### Sobre as autoras

**Níva Maria Vasques Campos** é Psicóloga, Terapeuta Familiar e Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília. É Psicóloga do Serviço Psicossocial Forense do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

**Liana Fortunato Costa** é Psicóloga, Terapeuta Familiar, Psicodramatista. É Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. É Professora Adjunto da Universidade Católica de Brasília e Pesquisadora Associada da Universidade de Brasília.